

Alfabetizar letrando: Reflexões sobre o analfabetismo funcional no Brasil

Natã Yanez de Oliveira Rodrigues de Melo (UFCG)*
Hérica Paiva Pereira (UFCG)**

Resumo: Através desta discussão apresentamos a alfabetização e o letramento, discutindo as teorias de Kleiman (2005), Rojo (2009) e Soares (2007) sobre os letramentos múltiplos e multiletramentos, e Moreira (2003), para discutirmos o analfabetismo funcional. Objetivamos demonstrar que a prática do letramento é de suma importância para a diminuição dos níveis de analfabetismo funcional no Brasil. Assim, apresentamos alguns dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), para comprovarmos que alfabetizar letrando é uma ação efetiva, que influencia o aumento dos níveis educacionais brasileiros. Concluindo, apresentamos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) como auxiliar nas aulas do ensino fundamental.

Palavras-chave: Alfabetização; Analfabetismo funcional; Letramentos.

Abstract: Through this discussion, we present alphabetization and literacy, discussing the theories of Kleiman (2005), Rojo (2009) and Soares (2007) on the multiple literacies and multiliteracies, and Moreira (2003), to discuss the functional illiteracy. We objectify to demonstrate that the practice of literacy is important to the reduction of functional illiteracy in Brazil. Thus, we present some data from the Indicador of Alfabetismo Funcional (Inaf) to comprove that literacies are effective actions, which influences the increase of brazilian educational levels. In conclusion, we present the Pacto Nacional for Alfabetização in the Idade Certa (Pnaic) as aid in classes of elementary school.

Keywords: Alphabetization; Functional illiteracy; Literacies.

* Graduando de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG), Campus de Cajazeiras. Trabalho originado no Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina de Organização e Prática da Pesquisa Científica como requisito para conclusão do semestre, com orientação e coautoria da Profa. Dra. Hérica Paiva Pereira.

** Professora Doutora em Semiótica das Culturas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - 2007.

1 Introdução

Ao utilizarmos a linguagem oral e gráfica, comumente enfatizamos o discurso gráfico. Esse fato incita a necessidade de decodificação da escrita para interagirmos socialmente. Como sabemos, o ato de ler e escrever não envolve apenas a capacidade decodificadora que obtemos através do processo de alfabetização, precisamos também contextualizar às nossas práticas cotidianas as informações obtidas por meio dessas ações. Essa contextualização traz a necessidade de um novo termo que contemple, pelo menos, três atividades: ler; escrever; contextualizar socialmente.

Para suprir essa lacuna surge, entre o final do século XX e início do século XXI, a expressão letramento. Essa expressão está relacionada a inúmeras práticas cotidianas em que precisamos utilizar ao menos as três ações citadas, o oposto está relacionado ao analfabetismo funcional. Sobre isto, percebermos que inúmeras pessoas ou não possuem acesso a essas práticas ou possuem acesso limitado, portanto, buscamos compreender quais fatores contribuem para o avanço do analfabetismo funcional. Por isso, realizamos um levantamento bibliográfico de teorias sobre alfabetização e letramentos (múltiplos e multiletramentos). Além disso, apresentamos dados de pesquisas oficiais, por meio de uma análise documental introdutória, para refletirmos sobre o avanço dos níveis de alfabetização no Brasil.

Por meio desses documentos, demonstramos alguns dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) publicados em 2016, dados com os quais esboçaremos um panorama do contexto da alfabetização brasileira atual. Também introduzimos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) como um fator que pode auxiliar nos avanços educacionais brasileiros e envolve a alfabetização e o letramento, como indicado pelas teorias que discutiremos.

2 Alfabetizar letrando

Alfabetizar ou letrar é uma dúvida que surge no primeiro contato com os termos, pois eles estão conjuntamente relacionados à leitura e à escrita e as suas divergências são bem sutis. Adiantamos que o adequado é realizar as duas ações, com uma complementando a outra e, para entendermos de que

forma podemos realizar essas ações, precisamos discutir sobre cada termo. Sobre alfabetizar, Kleiman (2005) comenta que:

A prática da alfabetização se concretiza em eventos que se situam dentro de uma sala de aula, liderados por um especialista (o professor) que se encarrega de ensinar sistematicamente as regras de funcionamento e uso do código alfabético aos iniciantes no assunto (os alunos). Ambos – professor e alunos – têm relações sociais predeterminadas: um anima, organiza, avalia; os outros respondem, realizam as atividades propostas (p. 13).

Observando essas relações sociais predeterminadas, vemos que nas escolas brasileiras, o professor ao trabalhar a língua nativa, apresenta o som (fonema) de cada representação gráfica - a letra (grafema) - para que o aluno aprenda a pronunciá-las. Logo depois, demonstra o som das junções das letras e explica que essas ligações formam palavras que são pronunciadas de formas distintas. Ao trabalhar dessa forma o professor desenvolve a consciência fonológica dos alunos, fazendo com que eles possam decodificar o código escrito e sonoro, além de perceberem como escrever e ler cada palavra.

Dessa forma, percebemos que “a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas [...], mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito” (SOARES, 2007, p. 16). Por este motivo, Kleiman (2005) comenta que há compreensão e contextualização no processo em que uma pessoa escreve um bilhete para expressar o que está sentindo, por exemplo. Mas, esse contexto de simples alfabetização abrange apenas o momento da comunicação e não engloba a vida social do indivíduo, com as diversas interações dependentes do letramento. Por isso, Rojo (2009) também afirma que ao perceber a insuficiência da leitura literal o aluno busca expandi-la e inclui-la em sua vida, o que auxilia na sua comunicação e interação social, ou seja, a leitura de mundo contextualizada que integra o letramento.

Sobre letrar, podemos dizer que o termo é amplo, pois “[...] abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas [...]” (KLEIMAN, 2005, p. 21). Ao refletir sobre essas

mudanças sociais e tecnológicas entramos no campo dos letramentos múltiplos e dos multiletramentos, fatores essenciais para a realização das práticas letradas produtivas.

No que diz respeito aos letramentos múltiplos, Rojo (2009, p. 10) alega que são “um conjunto muito diversificado de práticas sociais situadas, que envolvem sistemas de signos, como a escrita ou outras modalidades de linguagem, para gerar sentidos”. Já os multiletramentos tratam dos gêneros textuais (orais e escritos), inserido nas diferentes culturas e contextos através de produções textuais repassadas de diversas formas. Um exemplo disso são os hipertextos, em que podemos encontrar outras informações através de links (destaques em palavras) que levam a outras páginas da internet ao clicarmos neles. O fato de ter acesso a inúmeros documentos através de um único texto por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), por exemplo, envolve as práticas multiletradas.

Sobre essas práticas, podemos afirmar que muitas escolas estão introduzindo tecnologias que auxiliam o ensino tanto para o aluno quanto para o professor. Esse fato demonstra o quanto o letramento está ligado à globalização, graças a sua união com a cultura e com a tecnologia. Para distinguirmos os termos letramentos múltiplos e multiletramentos, utilizamos a afirmação de Rojo (2012), ao comentar:

Diferentemente do conceito de letramentos (múltiplos), que não faz se não apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos [...] aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (p. 13).

Em síntese, o letramento é a inserção do conhecimento oral e escrito (principalmente) ao contexto social dos alunos. Quando essa contextualização se integra às práticas sociais cotidianas de leitura e escrita, ampliando a comunicação/interação, há o desenvolvimento e emprego dos letramentos múltiplos. Assim, por meio dessa discussão inicial sobre os termos e

as ações a que eles se referem, reafirmamos que “se considerarmos que as instituições sociais usam a língua escrita de forma diferente, em práticas diferentes, diremos que a alfabetização é uma das práticas de letramento [...]” (KLEIMAN, 2005, p. 12). Além disso, concordamos com Janeiro (2010) quando a autora aponta:

Mesmo sendo cada vez mais insuficiente para a melhoria das condições de vida, a alfabetização é o primeiro passo para a entrada no mundo letrado. Entretanto, é necessário haver ênfase no letramento, ou seja, no uso social que se faz da leitura e da escrita, sem o que não se pode falar em sujeitos alfabetizados propriamente ditos, mas em analfabetismo funcional (pp. 11-12).

Adiantando a problemática que abordaremos, a autora comenta que sem o uso social da leitura e da escrita há o analfabetismo funcional, um problema que representa uma preocupação para os órgãos e os profissionais da educação. Além disso, afirma que, mesmo sendo insuficiente, a alfabetização é o primeiro passo para que o sujeito possa ingressar na cultura letrada.

3 Reflexões sobre o analfabetismo funcional

Para compreender o analfabetismo funcional, precisamos conhecer os diferentes níveis de alfabetização através dos cinco grupos convencionados pelo Inaf (2016). São eles: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário, proficiente. Nesses grupos, o analfabeto corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares como números de telefone e preços. Enquanto o rudimentar localiza uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples compostos de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano doméstico. Além de: comparar, ler e escrever números familiares identificando seus valores; resolver problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares ou estabelecendo relações entre grandezas e unidades de medida; reconhecer sinais de pontuação pelo nome ou função.

O grupo elementar, seleciona uma ou mais unidades de informação, observando certas condições, em textos diversos de extensão média realizando pequenas inferências; resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle; compara ou relaciona informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples, envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social; reconhece significado de representação gráfica de direção e/ou sentido de uma grandeza.

Os últimos grupos possuem habilidades mais complexas. O intermediário localiza informações expressas de forma literal em textos diversos realizando pequenas inferências; resolve problemas envolvendo operações matemáticas mais complexas da ordem dos milhões, que exigem critérios de seleção de informações, elaboração e controle em situações diversas; interpreta e elabora síntese de textos diversos, relacionando regras com casos particulares a partir do reconhecimento de evidências e argumentos e confrontando a moral da história com sua própria opinião ou senso comum; reconhece o efeito de sentido ou estético de escolhas lexicais ou sintáticas, de figuras de linguagem ou sinais de pontuação.

Por fim, o proficiente elabora textos de maior complexidade com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto; interpreta tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo elementos que caracterizam certos modos de representação de informação quantitativa reconhecendo efeitos de sentido; resolve situações-problema relativos a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração, que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências.

O Inaf (2016) considera que os grupos analfabeto e rudimentar estão relacionados ao analfabetismo funcional, enquanto o elementar, o intermediário e o proficiente integram a alfabetização funcional. Esse fato é compreensível porque “o alfabetismo de nível pleno considera somente as capacidades de leitura literal dos textos e não as capacidades de leitura crítica” (ROJO, 2009, p. 47). Logo, o alfabetizado funcionalmente não pode ser considerado uma pessoa com letramento desenvolvido adequadamente, pois ainda lhe falta a leitura crítica.

3.1 Dados

No intuito de apresentar a atual situação do índice de alfabetização em nosso país, para podermos refletir sobre o quadro educacional brasileiro atual, apresentamos alguns dados levantados pelo Inaf. Sobre isso, evidenciamos que:

este estudo especial é fruto de mais de três anos de trabalho das equipes de profissionais da Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro de análise e reflexão sobre a metodologia e os resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), como forma de celebrar o primeiro decênio dessa iniciativa em 2011, quando do lançamento do último relatório do Inaf Brasil. Entre 2012 e 2015, um conjunto de especialistas das mais variadas áreas do conhecimento produziu uma série de análises a partir dos bancos de microdados consolidado de dez anos de pesquisa [...] (INAF, 2016, p. 1).

Dentre os inúmeros dados apresentados pelo indicador, analisamos os que se referem a quantificação das pessoas pelos níveis de alfabetização e escolaridade. Com isso, verificamos o progresso e/ou regressão do problema que abordamos, para finalmente refletirmos como manter a educação brasileira em um nível progressivo que integra o letramento. Nessa edição,

a amostra é estratificada com alocação proporcional à população brasileira em cada região. Dentro de cada uma das regiões, são selecionadas amostras probabilísticas em três estágios (sorteio de municípios e setores censitários, por meio do método Probabilidade Proporcional ao Tamanho) e seleção de pessoas a serem entrevistadas por cotas proporcionais segundo sexo, idade, escolaridade e condição de ocupação. O universo considerado é, portanto, a totalidade das pessoas jovens, adultas e idosas com idade entre 15 e 64 anos, residentes tanto de zonas rurais quanto urbanas do Brasil (INAF, 2016, p. 6).

A tabela abaixo demonstra os cinco grupos estabelecidos pelo indicador, apresentado a porcentagem e a quantidade de pessoas pesquisadas em cada grupo, como também os grupos que se encaixam em alfabetizados funcionalmente e analfabetos funcionais:

Tabela 1 – Distribuição da população pesquisada por grupo de alfabetismo

Grupo	%	Nº de respondentes
Analfabeto	4%	88
Rudimentar	23%	457
Elementar	42%	843
Intermediário	23%	453
Proficiente	8%	161
Total	100%	2.002
Analfabeto + rudimentar: analfabetos funcionais	27%	545
Elementar, intermediário e proficiente: alfabetizados funcionalmente	73%	1.457

Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf (2016).

Analisando os dados da tabela, constatamos que atualmente o Brasil apresenta uma média de 73% de pessoas alfabetizadas funcionalmente e 27% de brasileiros que são analfabetos funcionais. A porcentagem de analfabetismo funcional é dividida em 23% do grupo rudimentar e 4% de pessoas do grupo analfabeto que “não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares como números de telefone e preços” (INAF, 2016, p. 5).

Sobre essa porcentagem de pessoas integrantes do grupo dos analfabetos funcionais, ainda “pode-se afirmar que a quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos nessa condição se mantém estável na comparação com os resultados obtidos em 2011 na última edição do Inaf Brasil, que utilizou o mesmo corte utilizado neste estudo [...]” (INAF, 2016, p. 7). Verificamos que o índice se manteve estagnado, por isso, o problema deve ser revertido até que sua porcentagem seja insignificante. Pensamos que não será possível erradicar o problema por completo, porém, devemos realizar ações que mantenham o índice em 1% ou próximo disso, por exemplo.

Ainda relacionando os dados, podemos compará-los ao nível de escolaridade, pois, interpretamos que o letramento deve ser trabalhado em conjunto com a alfabetização durante as séries iniciais. Tendo em vista que:

A escolaridade revela-se como um dos principais fatores explicativos da condição de alfabetismo. Há uma maior proporção de participantes nos grupos de maior desempenho na escala de alfabetismo conforme maior a escolaridade desses sujeitos. Entretanto, observa-se também que essa relação não ocorre de maneira uniforme ou linear: significativa proporção de pessoas que, mesmo tendo chegado ao ensino médio e à educação superior, por exemplo, não consegue alcançar o grupo mais alto da escala de alfabetismo (INAF, 2016, p. 8).

A tabela abaixo exemplifica as afirmações do indicador quanto a escolaridade e o nível de alfabetização. Sobre isso, podemos tecer algumas considerações:

Tabela 2 – Distribuição da população pesquisada por grupos de alfabetismo e escolaridade¹ (% nos grupos)

Base	Total 2.002		Analfabeto 88	Rudimentar 457	Elementar 843	Intermediário 453	Proficiente 161
Nenhuma	97	5%	59%	8%	1%	0%	0%
Ens. Fund. Anos iniciais	320	16%	30%	37%	12%	4%	2%
Ens. Fund. Anos finais	459	23%	10%	32%	29%	11%	7%
Ens. Médio	795	40%	1%	20%	45%	55%	45%
Ed. Superior ou mais	331	17%	0%	3%	13%	31%	45%
Total	2.002	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf (2016).

Analisando os dados da Tabela 2 constatamos que “entre as pessoas que não frequentaram a escola ou têm no máximo quatro anos de escolaridade, mais de dois terços (67%) permanecem na condição de analfabetismo funcional [...]” (INAF, 2016, p. 8). Assim, pessoas que possuem uma base nos anos iniciais do Ensino Fundamental somam essa porcentagem devido aos grupos analfabeto (30%) e rudimentar (37%). Em contraponto temos ape-

1 Conforme o Inaf (2016), o grau de escolaridade indicado na tabela informa sobre o ingresso do sujeito na etapa descrita e não a conclusão da mesma.

nas 18% de alfabetizados funcionalmente no mesmo nível de ensino com porcentagem distribuída entre elementar (12%), intermediário (4%) e proficiente (2%). O Inaf afirma a inconstância da escolaridade com o nível de alfabetização e, assim, constatamos que as pessoas que possuem apenas o nível inicial estão mais suscetíveis ao analfabetismo funcional.

3.2 Fatores

Sabemos que “a maioria dos estudiosos concorda no fato de que a história de vida de um indivíduo tem muito a ver com sua alfabetização funcional” (MOREIRA, 2003, p. 55), pois, o meio social é um fator de grande influência sobre a educação, tanto para progredir em direção ao letramento como para retroceder ao analfabetismo funcional. Moreira (2003) elenca fatores socioeconômicos - influência dos pais, locais onde a criança e jovem estão inseridos, entre outros - como causas que podem ser decisivas na alfabetização. Sobre isso, o autor comenta:

De um ponto de vista pessoal, a falta de alfabetização funcional conveniente impedirá o cidadão de usufruir devidamente dos benefícios que tornam a vida mais agradável, em tudo que envolva direta ou indiretamente a leitura ou o contato com símbolos. [...] essa dificuldade tende a influir no futuro distante dos próprios filhos: a dificuldade dos pais irá, em parte, moldar a futura dificuldade dos filhos (p. 81).

Sabemos que, geralmente, os pais influenciam os filhos por serem apresentados como um modelo a ser seguido socialmente. Mesmo com exceções, pais analfabetos não conseguem dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos professores na escola, por não terem acesso aos conhecimentos desenvolvidos pela prática de alfabetizar letrando. Kleiman (2005) comenta que pais iletrados (ou analfabetos funcionais) estão inseridos num contexto social que faz com que seus filhos, possivelmente, sigam seus passos. Contudo, afirmamos que também existem pais influenciando seus filhos a serem tanto alfabetizados quanto letrados, mesmo ao terem vivenciado o oposto dessa realidade.

Além disso, existem programas governamentais que buscam a diminuição dos índices desse problema, objetivando a melhoria da educação bra-

sileira e, conseqüentemente, da vida dos alunos que são cidadãos inseridos na sociedade. Um dos investimentos atuais do governo é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), programa lançado em junho de 2012. Desde sua criação, o pacto “é um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (PNAIC, 2015, p. 3).

Nesse projeto o órgão responsável demonstra que além de analisar, também é capaz de realizar ações que interferem de forma proveitosa na prática docente, no que diz respeito ao letramento. É interessante buscar e disponibilizar formação e recursos didáticos para que professores possam trabalhar de maneira adequada a alfabetização na idade em que esta pode ser desenvolvida. Por isso, o pacto afirma que:

Para o alcance desses objetivos, as Ações do Pacto compreendem um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação, que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Essas ações são complementadas por outros três eixos de atuação: Materiais Didáticos e Pedagógicos, Avaliações e Controle Social e Mobilização (PNAIC, 2015, p. 3).

Esse programa governamental tem o auxílio de todas as universidades públicas do Brasil em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Sobre isso, podemos afirmar que, “em suma, as universidades selecionam e preparam seu grupo de formadores que serão responsáveis pela formação dos orientadores de estudo e estes conduzirão as atividades de formação junto aos professores alfabetizadores” (PNAIC, 2015, p. 4). Assim, prepara orientadores de estudo que apresentam a proposta aos professores que, como premissa, estarão capacitados a desenvolver e flexibilizar os seus aprendizados, além de compartilharem suas experiências em grupo.

Relembramos que o Pnaic pode ser utilizado em prol do alfabetizar letrando e que cabe ao professor realizar a sua formação continuada para influenciar os alunos a progredirem nos níveis de alfabetização. Para que isso ocorra, o professor deve manter-se atualizado sobre as formas de alfabeti-

zar que são consideradas mais efetivas do que outras, além de aprender a compartilhar seus conhecimentos com seus alunos para conhecê-los e trazer para sala de aula um ensino verdadeiramente contextualizado com os letramentos.

Considerações finais

Em nossa sociedade, diversas pessoas não conseguem compreender as informações encontradas nos mais variados textos, porque não entendem seu contexto. Podemos constatar isso observando a dificuldade das pessoas no contato com textos lidos na escola, nas notícias divulgadas no jornal, nos cartazes expostos nas ruas, nos outdoors espalhados pela cidade, nos extratos bancários, entre outras formas de informações que acessam diariamente. Esses fatos indicam que o analfabetismo funcional ainda está presente no âmbito educacional e que necessitamos tomar atitudes contra esse problema.

Por causa disso, apresentamos durante nossa discussão a alfabetização e o letramento como ações conjuntas, em que uma é prática da outra e transpõem um obstáculo que impede a integração do indivíduo à sociedade letrada, ou seja, o analfabetismo funcional. Discutimos isto pelo fato do século XXI ser uma época em que as informações são transmitidas quase instantaneamente, fazendo-se necessário o domínio dos multiletramentos.

Como verificamos, o processo de alfabetização inicia-se na escola, no entanto para que seus objetivos sejam alcançados é necessário realizar algumas mudanças. Kleiman (2005) comenta que o insucesso generalizado da escrita nos grupos sociais se deve a não trazer para a escola as práticas sociais dos alunos para trabalhar com os conteúdos curriculares, já que essas práticas possibilitam que as aulas sejam mais participativas, por tratar de assuntos conhecidos pelos sujeitos envolvidos. Neste contexto, apresentamos neste trabalho o Pnaic, como uma das propostas a serem consideradas, pois, reafirma as considerações de pesquisadores da educação do nosso país, como os que discutimos no nosso texto.

Enfim, esta pesquisa reflete sobre os primeiros anos do Ensino Fundamental que é a base da vida estudantil. Por isso, salientamos que através de metodologias de ensino adequadas, como as que propusemos em

exemplificação, podemos proporcionar um impulso que contribuirá de forma acentuada na diminuição dos analfabetos funcionais no nosso país, proporcionando assim uma integração plena dos sujeitos à sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2015*. Ministério da Educação, Educação de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____. *Indicador de alfabetismo funcional – Inaf: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho*. Instituto Paulo Montenegro. São Paulo: IPM, 2016.

JANEIRO, Cássia. *Educação em valores humanos e EJA*. 1ª. ed. Curitiba: IBPEX, 2010.

KLEIMAN, Angela B. *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?* São Paulo: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005. (Linguagem e letramento em foco).

MOREIRA, Daniel Augusto. *Analfabetismo funcional: o mal nosso de cada dia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOURA, Eduardo; ROJO, Roxane (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. (Estratégias de ensino, 29).

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de ensino, 13).

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.